

O milagre de Paris: roteiro para um contrato social pós-fóssil

Raras vezes uma conferência das Nações Unidas foi aguardada com tanta expectativa e tantos temores como ocorreu com a Conferência do Clima das Nações Unidas realizada em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2016. No período que antecedeu a reunião – tratava-se da 21ª Sessão Anual da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas ou COP21 realizada conjuntamente com a 11ª Rodada pós Quioto enquanto Reunião das Partes no Protocolo de Quioto ou CMP 11 – houve uma longa sequência de duras e malsucedidas negociações. O que era improvável tornou-se realidade: todos os 196 países participantes chegaram a um acordo que sela em definitivo o compromisso da comunidade mundial de reduzir as emissões causadas pelos combustíveis fósseis. O Ministro das Relações Exteriores da França, Laurent Fabius, mostrou-se hábil diplomata durante os longos preparativos para a reunião, tanto nas inúmeras conversas bilaterais que manteve com dirigentes de todo o mundo quanto em sensíveis comunicados sobre temas e posições críticas. Até o Papa Francisco desempenhou um papel ativo na viabilização do Acordo de Paris sobre o Clima, e não apenas devido a sua Encíclica “Laudato Si” de junho de 2015, mas também através de assíduas viagens, palestras e conversas que se seguiram a esta publicação, além de sua atuação nos bastidores da Conferência. Noticiou-se uma conversa que teria mantido antes da rodada final com o presidente da Nicarágua, que não queria aderir ao Acordo¹.

O Acordo de Paris², documento de 31 páginas, relativamente compacto, apresentou três resultados essenciais:

- 1) O aumento do aquecimento global deve ser contido para ficar “bem abaixo dos 2° C”. Os fundamentos da meta dos dois graus resultam do conhecimento solidamente enraizado em pesquisas climáticas realizadas pela comunidade científica internacional de que, a partir deste limite, haverá consequências sem volta com efeitos devastadores e incontroláveis sobre a dinâmica ecológica do sistema terrestre, como por exemplo, o derretimento do gelo do mar no Ártico e da cobertura de gelo da Groenlândia durante o verão, além da condição de maior instabilidade do gelo ártico com enormes consequências sobre o aumento do nível do mar. A nova expressão da diplomacia climática “bem abaixo dos 2° C” toma em conta o voto das ilhas do Pacífico de limitar o aumento da temperatura a 1,5° C acima dos níveis pré-industriais. No entanto, as negociações mais detalhadas sobre este tema foram adiadas para ocorrerem em um processo posterior à Conferência de Paris.
- 2) A emissão de CO₂ deve ser interrompida completamente na segunda metade do século XXI. Para que seja alcançada a meta de zero emissões, serão implementadas medidas técnicas como a CCS (Carbon Capture and Storage) e a compensação de emissões por projetos de reflorestamento. A contribuição a ser prestada por cada país não será determinada por qualquer acordo internacional, mas caberá a cada país assumir seu compromisso. Haverá métodos de medição transparentes que permitirão comparações entre países a serem feitas em uma reunião de verificação a cada cinco anos. A primeira conferência, que tem por objetivo estabelecer os mecanismos de medição, será realizada em 2016 em Marrakesh. E a primeira reunião de verificação está marcada para 2018.

¹ Cf. Christoph Seidler: Papa teria intervindo no último minuto da Conferência do Clima, Spiegel online de 13/12/2015.

² <http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/i09.pdf>

- 3) O terceiro grande êxito do Acordo de Paris é a promessa de conceder abrangente ajuda técnica e financeira aos países em desenvolvimento, muito embora o texto do acordo não especifique a quantia a ser destinada a eles, o que consta do documento denominado “Texto da decisão”. Este define um plano de ação a ser implementado até 2020, data em que o Acordo de Paris entrará em vigor. A decisão cita a quantia de 100 bilhões de dólares anuais, já discutida em 2009 em Copenhague, que serão destinados à prevenção de catástrofes e ajuda para implementar as medidas de adaptação. Esta concepção de financiamento tem por base o princípio de responsabilidade dos países industrializados pelos danos causados ao clima principalmente por eles no passado, ainda que isto não seja mencionado explicitamente no documento.

Poderíamos comparar estes três principais resultados da negociação a um roteiro de negociações da paz: um roteiro destinado a deflagrar um processo de compromissos recíprocos e implementação concreta. Serão definidas as metas e os foros de negociação. Não obstante, ainda está em aberto se, como e quando as metas poderão ser alcançadas. É fato que já se verifica certa reversão da dinâmica: se, nos últimos vinte anos, as nações procuravam defender seus interesses nacionais e furtar-se de obrigações compulsórias em prol da defesa climática, desta vez assumiram um compromisso coletivo do qual ninguém poderá esquivar-se sem colocar-se à margem da comunidade global. Este fato inaugurou uma nova era no que tange à proteção do clima e pode ser chamada de “acordo mundial” para uma “grande transformação” que inaugura o modelo pós-fóssil de economia.³ O Acordo é visto como muito importante dada sua aceitação por todas as nações (por ocasião do Protocolo de Quito e considerando a proporção das emissões de CO₂ que os respectivos países representavam mundialmente, eram menos de 15%) e pela introdução do mecanismo de obrigatoriedade de verificação periódica e de ajuste das metas nacionais de defesa do clima.

Também podemos fazer uma avaliação neutra das limitações do Acordo de Paris: se, inspirados em Kant, defendermos que a lei baseia-se fundamentalmente no direito moral de coagir, o Acordo não teria caráter legal, mas sim moral. O compromisso quantitativo de cada país quanto à redução de CO₂ não foi incluído no acordo, mas consta de um anexo em que os países estabelecem voluntariamente as metas que desejam atingir. No início de outubro, apenas um número reduzido de países havia anunciado suas metas oficialmente, mas, nesse meio tempo, quase todos já o fizeram. Ainda assim, os esforços de contenção das mudanças climáticas resultantes não são suficientes para limitar o aquecimento global a bem menos de 2° C – ainda que sejam cumpridas as promessas de todos, é provável que haja um aumento de temperatura entre 2,7° C e 3,2° C)⁴. Ainda continua em aberto se o processo de redução concebido de maneira tão pluralista poderá ser adaptado a fim de atender aos desafios existentes. Interesses econômicos e ideologias nacionais influenciaram fortemente as negociações e serão percebidos com redobrada intensidade na fase de implementação. Principalmente da parte dos EUA, podemos contar com considerável resistência vinda do partido republicano, cujos representantes se referem às promessas do presidente Obama como um “cheque em branco”.

³ Referente a esta denominação, consultar WBGU- Wissenschaftlicher Beirat der Bundesregierung Globale Umweltveränderungen (Conselho Científico do Governo Federal para Mudanças Ambientais Globais): *Welt im Wandel, Gesellschaftsvertrag für grosse Transformationen*, Berlim 2011.

⁴ Para uma análise mais detalhada dos processos de negociação, dos fatores que os influenciaram e das questões em aberto, cf. Susanne Dröge: *Das Pariser Abkommen 2015: Weichenstellung für das Klimaregime*, Berlim: Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit, novembro de 2015.

Ademais, o êxito da Conferência do Clima em Paris acontece paralelamente a um “recado” passado pela economia, cuja linguagem é bastante diferente: há anos o preço da gasolina nos postos de abastecimento não é tão baixo, derrubado pela concorrência gerada pela tecnologia do fraturamento hidráulico. Não se sabe como será possível executar na prática as ambiciosas metas de Paris num contexto de ampliação e expansão das usinas termelétricas a carvão, principalmente na China e Índia. Contudo, é bastante surpreendente que até a China tenha aderido ao compromisso. Apesar de alguns subterfúgios, o gigante econômico e maior emissor mundial de carbono decidiu participar, além da substituição dos combustíveis fósseis, do financiamento da proteção contra catástrofes e do apoio ao desenvolvimento pós-fóssil de países do hemisfério sul. A Índia, por sua vez, aderiu ao Acordo do Clima depois de obter promessas de transferência tecnológica para o setor de fontes alternativas de energia.

Não deve ser ignorado o risco de que a comunidade mundial possa fracassar na conquista da grande meta formulada em Paris. Muitas áreas importantes da atividade humana praticamente não foram consideradas, como, por exemplo, a agricultura e a segurança alimentar mundial, o tráfego aéreo e a navegação, nem tampouco a necessária coerência entre a política energética, de desenvolvimento e climática entre os países a nível global. Da mesma forma, é bastante vaga a menção aos procedimentos de reforma da ordem econômica mundial estabelecida, com seus regimes de comércio, atores globais e desigualdades socioeconômicas. As metas e os compromissos de Paris não serão alcançados sem que haja uma transformação fundamental do estilo de vida e de consumo das pessoas, o que faz com que cada um se torne responsável, individualmente.

É importante que a União Europeia saia na frente na implementação de medidas que levem a alcançar as metas de redução de emissões, o que inclui a reforma célere e direcionada do sistema europeu de créditos de carbono. São principalmente as emissões do setor de transportes, da agricultura e da construção civil (edificações) que precisam ser reduzidas. A prova de seriedade das promessas de Paris é a resposta à pergunta se uma redução rápida do uso de carvão será decidida e implementada apesar de todas as resistências. Estes tópicos precisam ocupar uma posição central no Plano de Proteção do Clima 2050, atualmente em elaboração pelo governo federal da Alemanha.⁵ Com a reforma de sua política energética (“Energiewende”), lançada sob a sombra de Fukushima, a Alemanha assumiu um papel de liderança que continuará envolvendo muitas situações conflitantes. As grandes empresas de energia EON e RWE prepararam-se a tempo para as mudanças ocasionadas pela reunião de Paris, separando suas áreas de negócios voltadas às fontes renováveis de energia daquelas baseadas em combustíveis fósseis e energia nuclear. No entanto, quando analisada em profundidade, esta estratégia empresarial prevê a transferência ao contribuinte dos custos das transformações necessárias. Por outro lado, a Alemanha em particular dispõe de excelentes oportunidades de exportar tecnologias inovadoras e de desenvolver modelos integrados de “Bioeconomia”.⁶

O fato de os investimentos em energias renováveis deste ano ultrapassarem os investimentos em fontes fósseis mostra ser este também um caminho economicamente viável. Paralelamente, o movimento de desinvestimento ganha impulso. Além do fundo de pensão da

⁵ Cf. a posição do ZdK (Comitê Central dos Católicos da Alemanha) : <http://www.zdk.de/veroeffentlichungen/pressemeldungen/detail/ZdK-begruesst-Klimaabkommen-als-Meilenstein-in-der-Geschichte-der-Klimadiplomatie--1003f/>

⁶ Cf. as páginas da internet criadas pela UE, governo federal e alguns estados alemães acerca dos Conselhos de Bioeconomia, por exemplo: <http://biooekonomierat-bayern.de/>

Noruega e de muitos outros pequenos e grandes investidores, também o grupo Allianz e diversas empresas como *Ceres Investor Network on Climatize Risk*, que representa 381 investidores somando 25 bilhões de dólares, anunciaram sua retirada do mercado de energias fósseis. Estes exemplos nos deixam esperançosos de ter sido deflagrada uma espiral positiva de defossilização da economia. Ademais, a UE e a Alemanha desempenham um papel de destaque na ajuda aos países emergentes e em desenvolvimento viabilizando ações de proteção do clima associadas ao combate à pobreza. No plano nacional e internacional, as cidades e redes da sociedade civil assumem importância cada vez maior na aceleração do processo de transformação em direção a uma economia pós-fóssil.

Na perspectiva da ética social cristã, impõe-se o questionamento sobre o papel das igrejas e o dever de reflexão ética sobre o processo de transformação em curso. O conflito entre combate à pobreza e proteção do clima e a temática da atribuição de responsabilidades e da transformação do modelo de prosperidade requerem, mesmo após a Conferência de Paris, profunda reflexão ética. Nos EUA, principalmente, a Encíclica Ambiental deflagrou um debate fundamental e sustentado sobre as mudanças climáticas. Nenhum outro texto recebeu tamanha atenção mundialmente nos últimos vinte anos. Para o público bem informado, a novidade não está primeiramente no que o texto afirma, mas sim na contundência da vinculação das questões ecológicas com as sociais e a ampla percepção de sua profunda dimensão cultural e religiosa. Uma de suas consequências mais importantes foi e continua sendo a negação da legitimidade do ceticismo climático de motivação cristã. Até então, os ensinamentos pontificais nunca haviam mencionado o termo “mudança climática” e, com isto, contribuíam indiretamente para a negação do problema.⁷

Não obstante, desde o final da década de sessenta, houve contundentes apelos em diversos comunicados pontificais clamando pela responsabilidade para com a criação. Mas faltava-lhes o tom político e a fundamentação teórico-social, de forma similar ao que se observou na primeira metade do século vinte em relação aos direitos humanos. Naquela época, invocava-se muito a dignidade humana, mas não houve qualquer engajamento pelos direitos humanos. A transformação da doutrina social católica ao integrar a dimensão ecológica está em seus primórdios e ainda é frágil. Para que se estabilize, é necessário que permeie solidamente toda a instituição, inclusive a pesquisa da ética social, além da cooperação ecumênica e inter-religiosa. A tarefa e a competência específica das igrejas residem em contribuir para uma mudança cultural utilizando uma comunicação eticamente fundamentada e, ao mesmo tempo, ligada ao cotidiano. Por meio de esforços e exemplos próprios na gestão de edificações ou na orientação ecossocial da demanda, poderiam apoiar significativamente as mudanças necessárias e promover a necessária credibilidade. O artigo “Ethisch-nachhaltig investieren” (Tradução livre: Investir de forma ética-sustentável), publicado em julho pelos bispos alemães e o Comitê Central dos Católicos, representa um bom exemplo em direção a compromissos espontâneos que precisam ser assumidos. Assim também o processo ecumênico pela proteção do clima e desenvolvimento sustentável “Umkehr zum Leben – den Wandel gestalten” (em tradução livre: “Volta à vida – promovendo a mudança”).

A Conferência Mundial do Clima em Paris definiu metas e um arcabouço político; a implementação de seus postulados na prática por meio de ações concretas ainda está por acontecer. Somente quando este processo ganhar dinamismo, o Acordo de Paris representará uma mudança histórica. A vitória da diplomacia em negociações multilaterais, que muitos já

⁷ Para análise mais detalhada, cf. Markus Vogt, *Prinzip der Nachhaltigkeit. Ein Entwurf aus theologisch-ethischer Perspektive*, 3ª edição, Munique 2013.

consideravam moribunda, parece um pequeno milagre ou, pelo menos, é motivo suficiente para enorme gratidão e alegria.

Prof. Dr. Markus Vogt
Ludwig Maximilians Universität München (LMU)
Cátedra de Ética Social Cristã